



Governo admite regular economia para conter inflação

Em debate com senadores na CAE, ministro da Fazenda, Guido Mantega, diz que outros setores produtivos podem sofrer intervenção do governo, a exemplo da produção de álcool, como forma de ajudar no controle dos preços



Guido Mantega apresenta números para mostrar vigor da economia e acerto da política do governo



Exposição do ministro da Fazenda contou com a participação de senadores de todos os partidos

O governo federal pode regular setores econômicos que estejam contribuindo para o surgimento de um novo ciclo inflacionário, como fez com o etanol. O alerta foi feito ontem pelo minist-

ro da Fazenda, Guido Mantega, durante debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele garantiu que o governo trabalha para manter o país imune ao que chamou de inflação internacional de

commodities. Diversos senadores manifestaram ao ministro dúvidas sobre o poder da taxa Selic (juro básico da economia) como instrumento eficaz para conter o avanço dos preços. 5



Ministro do TCU Benjamin Zymler (E) e senador Rodrigo Rollemberg

TCU apoia maior uso do pregão eletrônico nas concorrências

Para o presidente do TCU, ministro Benjamin Zymler, ouvido ontem

na CMA, pregão revolucionou setor e gerou economia de 30%. 4

“Reforma tributária deve manter arrecadação”

Opinião é do economista José Roberto Afonso, do BNDES. Ele diz que novas regras devem melhorar o sistema e preservar o nível de arrecadação atual. 7



Convidados da CDH ladeiam o senador Paulo Paim na audiência pública

Proteção maior à liberdade de imprensa é defendida na CDH

Representantes dos jornalistas, do governo e do Senado concor-

dam com a necessidade de vigilância para assegurar liberdade. 3

Plenário adia para amanhã decisão sobre Itaipu

Mudanças no tratado que define valor que o Brasil paga pelo uso da energia elétrica do Paraguai serão votadas pelo Plenário na sessão de amanhã. 2



Sessão em que senadores votarão aumento de 18 para 37 brasileiros no Parlasul ainda não tem data para ser retomada

Desfecho inusitado marca votação sobre Parlasul

Projeto que aumenta bancada brasileira no Parlasul, votado ontem em sessão conjunta do Congresso, foi apro-

vado na Câmara. Antes da análise pelo Senado, porém, um pedido de verificação de quórum suspendeu a sessão. 8

CE aprova ampliação de carga horária escolar 6

Ministro da Saúde fala sobre fraudes no SUS 6

Proposta integrava pauta de ontem, mas Itamar Franco lembrou que não estavam sendo respeitados os prazos regimentais adotados nos casos de regime de urgência

Plenário vota amanhã a revisão do Tratado de Itaipu

O PLENÁRIO ADIOU para amanhã a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo 115/11, que revisa o Tratado de Itaipu, reajustando o valor pago ao Paraguai pela cessão de energia excedente da hidrelétrica. A previsão era de que a proposta fosse votada ontem, depois de aprovação de requerimento de urgência.

Antes de se iniciar a discussão do mérito, no entanto, o senador Itamar Franco (PPS-MG) alegou que a votação imediata desrespeitaria o Regimento Interno do Senado. O presidente José Sarney acatou a questão de ordem e marcou a votação para 48 horas depois da aprovação do requeri-

mento, ou seja, amanhã.

Relatora na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendia um acordo de líderes que assegurasse a votação até, no máximo, hoje. A CRE aprovou a revisão do tratado na semana passada.

Segundo a senadora, a revisão do tratado é de grande importância para as relações bilaterais entre os dois países, uma vez que o impacto do reajuste no Orçamento brasileiro seria mínimo, enquanto que, para o Paraguai, representaria cerca de 20% do total de suas receitas fiscais.

O senador Alvaro Dias (PSDB-

PR), que elogiou a decisão de se adiar a votação para cumprir o regimento, argumentou que o preço pago pelo Brasil pela energia do Paraguai já está correto.

– A revisão do acordo significará US\$ 240 milhões de dólares a mais ao Paraguai todos os anos. Até 2023, serão cerca de US\$ 6 bilhões. A alegação é de que isso não afetará o preço da energia para o povo, porque será pago com recursos do Tesouro. Mas os recursos do Tesouro não são oriundos de impostos pagos com sacrifício pelo povo do Brasil? Estamos oferecendo um presente ao Paraguai e a fundamentação é político-ideológica – criticou.

Ataídes toma posse e aumenta bancada tucana

A bancada da oposição ganhou mais um parlamentar ontem, com a posse do senador Ataídes de Oliveira (PSDB-TO). O empresário assumiu a vaga como primeiro suplente de João Ribeiro (PR), em licença para tratamento de saúde por 121 dias, aprovada pelo Plenário. Com a mudança, a bancada tucana passa a ter 11 senadores e a do PR fica reduzida a quatro parlamentares.

Durante a sessão, o presidente do Senado, José Sarney, designou os senadores Vicentinho Alves (PR-TO) e Demóstenes Torres (DEM-GO) para acompanhar o novo senador até à mesa. Com todos no Plenário de pé, Ataídes de Oliveira prestou juramento e foi empossado.

STF acata recurso de Cunha Lima contra Ficha Limpa

O ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que o ex-governador da Paraíba Cássio Cunha Lima (PSDB) pode ser diplomado como senador.

Apesar de ter sido o candidato mais votado, Cunha Lima teve seu registro negado pela Justiça Eleitoral porque foi condenado em 2009 por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2006. Cunha Lima perdeu o mandato de governador e foi condenado à inelegibilidade.

Seus advogados recorreram ao STF contra a condenação quando o Plenário do tribunal entendeu, em 24 de março, que a Lei da Ficha Limpa não se aplica às eleições realizadas em 2010.

(Com Agência Brasil)

Waldemir Buarque/Senado Federal



Alvaro Dias (E) critica e Walter Pinheiro (D) defende reajuste no valor pago ao Paraguai pela energia elétrica de Itaipu

Senado aprova indicações de três embaixadores

O Plenário aprovou ontem as indicações de três novos embaixadores: Luís Fernando de Andrade Serra, para Cingapura; Renato Luiz Rodrigues Marques, para Belarus; e Vergniaud Elyseu Filho para a Estônia.

Também foram aprovadas três mensagens indicando atuais embaixadores para assumir cumulativamente a representação em outros países. José Viegas Filho, embaixador na Itália, vai exercer o cargo em Malta; Pedro Henrique Lopes Borio, embaixador no Sri Lanka, terá o mesmo cargo nas Ilhas Maldivas; Marco Antônio Diniz Brandão, embaixador na Índia, representará o Brasil também no Butão.

Diretor da Anac é reconduzido com 49 votos

Por 49 votos a favor, 13 contra e 1 abstenção, Cláudio Passos Simão foi reconduzido ontem pelo Plenário do Senado à diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), composta por cinco diretores. Cláudio Passos Simão foi indicado em outubro de 2008 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Formado em Engenharia Aeronáutica, iniciou sua carreira na Aeronáutica como militar e depois se tornou servidor civil comissionado.

Para Sarney, Orçamento no Brasil é "ficção"

O presidente do Senado, José Sarney, classificou ontem de "ficção" o processo orçamentário brasileiro. Segundo o senador, o fato de o Poder Executivo não ter obrigação de seguir o Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional cria um "tumulto geral".

– É uma ficção porque nós votamos aqui e o Poder Executivo pode executá-lo da maneira que ele quiser – assinalou Sarney.

Para o parlamentar, a melhor forma de evitar o alto volume de restos a pagar no Orçamento da União (despesas orçamentárias programadas para um ano que são remanejadas para o ano seguinte) – que totalizam R\$ 128,5 bilhões no final de 2010 – é a adoção de um Orçamento impositivo.

– Acho que sempre o Orçamento deve ser um plano que se deve seguir. É um plano estudado e votado, e depois, quando ele não é executado, há um tumulto geral – afirmou.

Por meio de decreto publicado na última quinta-feira, a presidente Dilma Rousseff prorrogou a validade dos restos a pagar referentes a 2007, 2008 e 2009, que seriam cancelados em 30 de abril.

Atualmente, o Orçamento é uma lei autorizativa. O Executivo não está obrigado a aplicar a verba aprovada pelo Legislativo. Assim, o governo pode, por exemplo, selecionar entre as obras previstas aquelas que serão executadas.

Jane Araújo/Senado Federal



Iglesias destacou o compromisso de Sarney com a população de origem africana no Brasil

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na manhã de ontem a visita do secretário-geral Ibero-Americano, Enrique Iglesias, acompanhado do secretário adjunto, Ruy Amaral, e do diretor da Secretaria-Geral Ibero-Americana (Segib) no Brasil, Germán García da Rosa. Na conversa, destacou-se a celebração em 2011 do Ano Internacional dos Afrodescendentes, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU). O principal objetivo é aumentar a consciência dos desafios que as pessoas de ascendência africana enfrentam. Após a reunião com Sarney, Iglesias informou ter solicitado o apoio do presidente Sarney para a realização de evento, em novembro, na Bahia, em comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário MP mantém pauta trancada

14h A sessão continua com a pauta trancada pela MP 513/10, que trata de empréstimos a produtores de cidades atingidas por enchentes.

Presidência Embaixador do Japão

10h30 José Sarney recebe José Graziano, indicado para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e, às 11h, o presidente da Caixa, Jorge Hereda. Às 12h, encontra-se com o embaixador do Japão Akira Miwa. Às 16h, preside a ordem do dia e, às 17h30, recebe Paulo Paim e líderes indígenas.

CCT Prioridades da Ciência e Tecnologia

9h O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, vai falar sobre as diretrizes e os programas prioritários da pasta, para os próximos dois anos, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

CAS Diretrizes da pasta da Saúde

9h A Comissão de Assuntos Sociais ouve o ministro Alexandre Padilha sobre as diretrizes e os programas prioritários da pasta para os próximos quatro anos. Logo em seguida, vota diversas proposições.

CDR Ministro dos Transportes

9h30 Audiência pública sobre a importância da logística para o desenvolvimento regional, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Entre os participantes, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

CCJ Novas regras para MPs

10h A Comissão de Constituição e Justiça examina proposta que modifica a tramitação das medidas provisórias, além da indicação de Ricardo Villas Bôas Cueva e de Antonio Carlos Ferreira para ministros do STJ.

CE Plano Nacional de Educação em debate

10h A comissão realiza debate sobre o Plano Nacional de Educação com o senador Cristovam Buarque, a secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Marta Vanelli, e o professor Célio da Cunha.

Mulher Plano de trabalho

12h A Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher reúne-se para examinar o plano de trabalho para o biênio 2011/2012.

CPI Tráfico de pessoas

14h Reunião da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o tráfico nacional e internacional de pessoas para apreciação de proposta de trabalho e votação de requerimentos.

Orçamento Licitação para Olimpíadas e Copa

14h30 A Comissão Mista de Orçamento vota uma série de requerimentos, entre eles o que propõe debate sobre regras diferentes de licitação nos contratos para os Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e Copa do Mundo.

Defesa Civil Comissão elege presidente

15h Instalação e eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão Temporária de Defesa Civil.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado inicia multiprogramação digital para o DF

O presidente José Sarney comunicou ontem ao Plenário que a TV Senado inicia hoje os testes da chamada multiprogramação digital no Distrito Federal.

– É mais um esforço do Senado para dar mais transparência e publicidade aos nossos trabalhos – disse.

Sarney explicou que a multiprogramação possibilita que os cidadãos escolham a que reunião assistir selecionando os canais 51.01 (Plenário), 51.02 (comissões), 51.03 (comissões) e 51.04, captados em UHF e conversor digital. Inicialmente, a subprogramação do canal 51.04 será cedida à TV Câmara.

O senador lembrou que a TV Senado, além de operar em sistema digital, está disponível em todo o país por cabo e em sistema UHF analógico e aberto. Também pode ser captada em antenas parabólicas e está em 11 capitais com transmissões abertas e gratuitas. As outras capitais também receberão sinais abertos e gratuitos da TV Senado nos próximos anos.

– No ano em que comemora o aniversário de 15 anos, a TV Senado, que foi pioneira na transmissão dos trabalhos legislativos e pioneira também na transmissão pela internet, demonstra mais uma vez a sua excelência com a entrada no ar em Brasília com quatro canais digitais.

Os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Walter Pinheiro (PT-BA) elogiaram a iniciativa. Para eles, a novidade vai aumentar a transparência das atividades do Senado e possibilitar maior interação com a população brasileira.

De acordo com a TV Senado, os três canais digitais que se somam ao canal principal da TV Senado vão transmitir os trabalhos das comissões para todo o Distrito Federal. Nos primeiros meses, será possível acompanhar apenas os eventos transmitidos ao vivo.

Viana: veículos do Senado ajudam mandato

O senador Jorge Viana (PT-AC) disse ontem que o sistema de comunicação do Senado dá sentido ao mandato parlamentar porque divulga o trabalho dos senadores. Isso é especialmente importante, segundo Viana, para aqueles que não são donos de veículos de comunicação. Ele fez a afirmação durante visita para conhecer o funcionamento da Secretaria Especial de Comunicação Social da Casa.

– Antes, o político vinha para o Senado e sumia. Com o trabalho da Comunicação, isso não acontece mais – disse Viana. Ele também afirmou que, ao divulgarem os trabalhos da Casa, os veículos levam junto o mandato do senador. Por isso, a sua importância.

Debatedores na Comissão de Direitos Humanos exaltam direito conquistado pelo país nas últimas décadas, mas lembram que ainda persistem problemas pontuais que, se não combatidos, podem trazer danos à sociedade

Manutenção da liberdade de imprensa depende de vigilância permanente

O BRASIL VIVE uma situação de liberdade de imprensa plena, conquistada ao longo das últimas décadas, mas o país precisa manter a vigilância para assegurar tal conquista, afirmou ontem o secretário de Imprensa da Presidência, José Ramos, em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em comemoração ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

José Ramos alertou para os casos em que a violência contra os jornalistas visa dificultar ou impedir a divulgação de matérias com denúncias sobre atividades criminosas.

– Nessa situação, o que se quer com a violência é manter uma conduta criminosa, às vezes até dentro de instituições. Se isso não for combatido com rigor, levará a dano profundo e prolongado à sociedade – frisou.

Também Luis Roberto Antonik, diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), e Corban Costa, jornalista da estatal Empresa Brasil de Comunicação (EBC), destacaram a importância da democracia e da liberdade de imprensa no país. Eles consideram que o Brasil deve estar alerta para evitar qualquer situação em que o jornalista venha

a sofrer restrições.

Corban Costa relatou violência sofrida no Cairo em fevereiro, quando buscava fazer a cobertura das manifestações contra o ex-ditador egípcio Hosni Mubarak. O jornalista foi preso, sofreu ameaça de morte e foi impedido de reportar o movimento que levou à queda de Mubarak.

– No Brasil temos problemas pontuais, mas, no geral, temos a tranquilidade para exercer a profissão – opinou, ao afirmar que a experiência no Egito mostrou a importância da liberdade de ir e vir, condição básica para a liberdade de reportar.



Corban Costa (E), José Ramos Filho, Paulo Paim, Victor Soares Filho e Luis Roberto Antonik debateram o tema na CDH

Fotógrafo relata agressão e pede providências

O repórter fotográfico Victor Antônio Soares Filho cobrou do Governo do Distrito Federal punição aos culpados de agressão sofrida por ele no dia 30 de março. O repórter relatou ter sido espancado e ameaçado de morte por um advogado e seu filho, alvos de investigação policial. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que a CDH encaminhe ao governador Agnelo Queiroz as informações prestadas pelo repórter, cobrando as providências.

Sionei Leão, coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial, disse que há pouca transparência dos órgãos governamentais para que o jornalista possa fazer suas reportagens.

O 3 de maio foi proclamado Dia Mundial da Liberdade de Imprensa por ter sido nesse dia, em 1991, aprovada a Declaração de Windhoek para Promover uma Imprensa Africana Independente e Pluralista, em conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Sindicalista cobra resposta para queixa contra Requião

O incidente entre o senador Roberto Requião (PMDB-PR) e o repórter da Rádio Bandeirantes Victor Boyadjian, no dia 25 de abril, foi citado ontem na CDH pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, Lincoln Macário.

– Já que o senador Requião não cedeu aos apelos de pedir desculpas ao jornalista, peço a esta Casa que tome providências para que o episódio não volte a ocorrer – reivindicou o sindicalista.

A entidade encaminhou ao presidente do Senado, José Sarney, pedido de aplicação de sanções de advertência e censura contra Requião por ele ter tomado o gravador do repórter. Sarney já enviou o processo para manifestação da Advocacia-Geral.

O presidente do Comitê de Imprensa do Senado, Fábio Marçal, reclamou da recusa da Polícia Legislativa em registrar queixa do jornalista contra Requião. Victor Boyadjian foi informado, na

ocasião, que a competência para acompanhar o caso era da Corregedoria da Casa, que estava vaga. No dia seguinte, Vital do Rêgo (PMDB-PB) assumiu a função.

– A nossa democracia é jovem e ainda há muito a fazer para se alcançar a liberdade de imprensa. Tenho certeza de que nenhuma providência irá ocorrer nesse episódio – declarou Fábio Marçal.

Senadores presentes ao debate também condenaram o episódio envolvendo Requião e Victor Boyadjian. Wellington Dias (PT-PI) ponderou ser necessário manter atitude de respeito tanto por quem lida com o mundo da comunicação quanto pelo jornalista. Após declarar seu apreço por Requião, “um patrimônio de ética e moral”, Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse repudiar qualquer tipo de agressão contra membros da imprensa. O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), defendeu uma solução pelo caminho da conciliação.

Simon propõe *ombudsman* para veículos de comunicação da Casa

Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto criando a figura de *ombudsman* na Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, para acompanhar os veículos de comunicação da Casa: TV, rádio, agência de notícias e jornal.

O senador divulgou ontem o texto, durante a audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que discutiu a violência contra jornalistas.

Conforme a proposta, o *ombudsman* teria, entre outras funções, a de exercer o papel crítico diante do material produzido e divulgado, e a de receber e encaminhar as opiniões da sociedade sobre esse material.

Participando do debate na CDH, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Celso Schröder, elogiou o projeto dizendo que liberdade de expressão “não é do dono da empresa, nem do jornalista, mas do cidadão, do público”.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, José Augusto de Oliveira Camargo, considerou importante aperfei-

çoar os veículos de comunicação dos três Poderes.

PEC do diploma

Celso Schröder defendeu a volta da exigência de diploma em Comunicação para o exercício da profissão de jornalista, destacando que é essa formação que dá ao profissional não apenas a técnica requerida, mas a ética na atuação profissional.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, Paulo Davim (PV-RN) e Wellington Dias (PT-PI) se manifestaram pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/09, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a qual estabelece que o exercício da profissão de jornalista é privativo do portador de diploma de curso superior de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo.

Já Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse não ser possível desconsiderar exceções à obrigatoriedade. Eduardo Amorim (PSC-SE) e Marinor Brito (PSOL-PA) elogiaram a discussão na CDH e destacaram que a falta de liberdade é uma forma de violência.

Em audiência na CMA, presidente do TCU diz que projeto em tramitação no Senado é "extraordinário", sobretudo por ampliar o poder do pregão, mas apresenta sugestões

Zymler propõe aprimorar projeto sobre licitações

O PREGÃO REVOLUCIONOU as compras públicas e promoveu uma economia extraordinária para a administração, em torno de 30% nas aquisições, disse ontem o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Benjamin Zymler, em audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Zymler elogiou o projeto do governo federal que objetiva alterar a Lei de Licitações e prevê a adoção obrigatória do pregão para todas as licitações do tipo "menor preço", até o valor de R\$ 3,4 milhões.

Já aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto do Executivo (PLC 32/07) que altera a Lei 8.666/93 está pronto para entrar na pauta de votações do Plenário, na forma de substitutivo elaborado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que relatou a proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Além dessa proposta, que o presidente do TCU considerou "extraordinária", também "está em jogo", segundo ele, a medida provisória que flexibiliza as licitações para obras necessárias à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Entre as medidas previstas

pelo governo no projeto, Zymler elogiou a criação do Cadastro Nacional de Registro de Preços para facilitar e tornar mais transparente a cotação, e apoiou também a hipótese, prevista no substitutivo, de não permitir dispensa de licitação na contratação de entidade dedicada ao "desenvolvimento institucional".

Aperfeiçoamento

O presidente do TCU também apresentou sugestões para aperfeiçoar o projeto. Ele defendeu o fim da modalidade de convite que, atualmente, permite a chamada de um número mínimo de três empresas para participar de determinada licitação. O substitutivo de Suplicy amplia para seis o número de convidados, mas Zymler afirmou que essa modalidade tem possibilitado fraudes nos certames.

– A fraude é causada por falta de publicidade obrigatória adequada, que é exigida nas demais modalidades, o pregão e a concorrência – disse o presidente do TCU.

A elaboração de um projeto básico realmente eficiente, com previsão do orçamento da obra, é, na opinião do ministro, "fundamental para o planejamento como um todo,

para a qualificação adequada das empresas, para garantir o sucesso e a confiabilidade do empreendimento e para que as obras sejam executadas com rapidez".

Já quanto à exigência, também prevista no PLC 32/07, de elaboração do projeto executivo, Zymler disse que, apesar de ser "uma boa prática administrativa", pode ter como efeito final retardar o processo licitatório. Por isso, ele defendeu apenas a elaboração do projeto básico.

Prevenção

O ministro também afirmou que, embora muitos defendam a tese de que cabe ao TCU agir somente na fase corretiva dos contratos, quando o projeto já está em andamento, a fase preventiva tem economizado muitos recursos à administração pública.

Zymler ainda defendeu a elaboração de uma lei específica com regras claras sobre sistema de fiscalização de obras públicas, o que atualmente é feito por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

– Já temos maturidade suficiente para transportar o sistema utilizado na LDO para uma lei ordinária – garantiu.



Senador garante que medidas adotadas pelo governo vão controlar inflação

Aníbal Diniz critica os que "espalham política do pânico"

O senador Aníbal Diniz (PT-AC) fez ontem, em Plenário, uma avaliação positiva das medidas adotadas pelo governo federal para manter a inflação sob controle sem afetar a política de investimentos. Ele elogiou a firmeza e a serenidade da presidente Dilma Rousseff na condução do governo e protestou contra os que espalham a "política do pânico" sobre a situação econômica.

– Alguns querem passar a ideia de que o Brasil está vivendo um descontrole, que a inflação chegou, que a equipe econômica não está tendo o devido controle da situação – disse o senador, que mencionou projeções favoráveis para os índices de inflação nos próximos meses, a exemplo da que foi feita pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, que ontem esteve na Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE).

Aníbal Diniz pediu uma postura "de crença no Brasil", o que, segundo ele, tem sido dificultado pelas notícias que negam a eficácia das ações do governo para impedir a alta de preços. Também afirmou que a estabilidade e os princípios sólidos da economia, hoje mantidos por Dilma Rousseff, resultam de medidas iniciadas no governo Fernando Henrique Cardoso e aprofundadas pelo presidente Lula.

O senador afastou a tese do descontrole na economia, citando números sobre o saldo positivo da balança comercial brasileira – algo que, segundo ele, só foi conquistado com "mãos firmes" e "pulsos firmes". Para Aníbal Diniz, o Brasil precisa de credibilidade para dar segurança ao povo brasileiro.



Ao lado de Rodrigo Rollemberg (E), Zymler apresenta, na CMA, sua avaliação sobre o projeto que altera a Lei de Licitações

Suplicy quer discutir sugestões com TCU

O relator do substitutivo ao PLC 32/07, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), vai analisar, antes que o projeto seja examinado pelo Plenário, as sugestões feitas pelo presidente do TCU, Benjamin Zymler.

– Gostaria que todas as sugestões me sejam enviadas por escrito e prometo também fazer uma visita para conversar sobre o assunto – garantiu Suplicy.

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), autor do requerimento para a realização da audiência com Zymler, disse que o TCU tem um papel estratégico nesse debate.

– Estamos muito felizes

com o resultado, porque o ministro trouxe uma contribuição da maior relevância – assinalou.

Já Eduardo Braga (PMDB-AM) observou que a Lei de Licitações tem que levar em conta a existência de duas realidades, de "dois brasis".

– Um dotado de infraestrutura e banda larga, com acesso a todo tipo de plataforma tecnológica, e outro que ainda luta para ter infraestrutura mínima e acesso à tecnologia – afirmou.

João Pedro (PT-AM) disse que é preciso ter fiscalização, mas também rigor na aplicação dos recursos públicos para garantir a execução

das obras licitadas, evitar que elas fiquem paralisadas. Pedro Taques (PDT-MT) lembrou que o atraso nas obras públicas no Brasil também está ligado à corrupção.

A criação do Cadastro Nacional de Registro de Preços permitirá, segundo Ivo Cassol (PP-RO), economia de recursos públicos, devido à possibilidade de comparação de preços. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) concordou, mas ressaltou que produtos idênticos podem ter preços diferentes dependendo da região.

– Difícilmente o preço do asfalto no Sul será o mesmo registrado na Amazônia – exemplificou.

Mário Couto alerta para risco da volta da inflação no país

Falando pela liderança da Minoria, Mário Couto (PSDB-PA) alertou ontem para o risco da inflação. De acordo com o senador, a nação está cada vez mais preocupada com o aumento de preços.

O parlamentar destacou a elevação do preço da gasolina, que seria o maior desde 2005. O combustível brasileiro, acrescentou, é hoje um dos mais caros do mundo.

– E o governo diz que o preço da gasolina não aumenta – afirmou o senador, para quem tal afirmação é "uma estupidez".

Mário Couto observou que o preço dos combustíveis pressiona os preços dos demais produtos. Ele lamentou o peso da inflação na vida dos aposentados e disse que a miséria tem aumentado no país.

Segundo afirmou, o Senado e o Congresso Nacional estão submissos ao poder da presidente Dilma Rousseff. Disse ainda que são poucos os parlamentares que defendem a nação brasileira.



Mário Couto diz que aumento da gasolina foi o maior desde 2005



Gleisi: ministro mostrou a coerência da política econômica do governo

Gleisi elogia a exposição de Mantega na CAE

Gleisi Hoffmann (PT-PR) elogiou a participação do ministro da Fazenda, Guido Mantega, em audiência ocorrida ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ela disse que Mantega mostrou "a consistência e a coerência" da política econômica atual, que teria como meta o controle da inflação, o crescimento e a distribuição de renda.

– Afirmou o ministro que a inflação está sob controle. Aliás, lembrou ele que nós estamos na meta da inflação desde 2005. O regime de metas da inflação começou em 1999, com o então presidente Fernando Henrique. Ele é de grande mérito, porque olhamos para frente e não para trás – disse a senadora.

Gleisi lembrou que Lula iniciou o primeiro mandato com uma inflação de 12,5% ao ano. Segundo ela, desde então, foi implementada "uma política econômica administrada" que conseguiu reverter o quadro.

Ministro da Fazenda afirma, na CAE, que o governo está atuando firmemente para controlar elevação de preços causada por fatores externos

Uso da Selic é criticada por senadores

Se parte do mercado financeiro classifica de tímida a reação do Banco Central ao aumento da inflação e cobra correção mais forte na Selic, a taxa básica de juros, diversos senadores manifestaram ao ministro Guido Mantega dúvidas sobre o poder da Selic como instrumento eficaz para conter o avanço dos preços.

Para Francisco Dornelles (PP-RJ), por exemplo, a Selic não tem qualquer influência sobre o crédito direcionado e produz pouco impacto sobre as taxas do mercado livre – efeitos desejados para controlar a liquidez e esfriar a inflação. Na prática, observou o senador, aumentos na Selic só servem para pressionar a dívida pública: a cada ponto a mais na taxa, a dívida pública crescerá R\$ 10 bilhões.

– Com tristeza, vemos que o superávit primário foi anulado pelas despesas de juros – disse o senador, depois de observar que “deu em nada” o maior esforço de economia obtido até março, em comparação ao mesmo período do ano passado, para pagar os juros.

Para a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), as críticas “exacerbadas” e “profecias pessimistas” quanto aos preços refletem o interesse de setores que desejam a realização das projeções negativas para se beneficiar com novos aumentos de juros.

Cyro Miranda (PSDB-GO) questionou a projeção de crescimento do PIB trazida pelo ministro, de 4,5% para este ano. Ele observou que a publicação Informe Conjuntural, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), aponta agora para um crescimento de apenas 3,5%.

Luiz Henrique (PMDB-SC) pediu que o ministro informasse sobre o que o governo pretende fazer para mudar o controle federal sobre dois terços de toda a arrecadação de tributos, contra apenas um terço para estados e municípios. Além disso, manifestou o temor de que mudanças no regime do ICMS venham a prejudicar estados exportadores de produtos mais elaborados e de maior valor.

Governo pode regular setores que pressionam inflação, diz Mantega

DEPOIS DE ENQUADRAR o etanol, o governo poderá regular outros setores para evitar o surgimento de um novo ciclo inflacionário. Foi o que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou ontem para os senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o ministro, os custos de transporte (pressionados pelos combustíveis) e de alimentos vêm puxando a inflação. Sem esses dois itens, observou, a inflação dos últimos 12 meses ficaria acumulada até março em 4,66%. A ideia, portanto, é regular outros setores que estejam pressionando os preços.

– Devemos ficar alerta para que os produtores não queiram colocar a inflação passada para adiante, assim reproduzindo o ciclo inflacionário de forma indesejada – afirmou.

Mantega fez na CAE um balanço das medidas para evitar o “contágio da economia” pela inflação das *commodities* – produtos de origem primária vendidos em grandes quantidades, como o petróleo, o açúcar e a soja. Nos últimos 12 meses, os preços internacionais das *commodities* subiram 47,2% e, por diversos mecanismos, têm pressionado os preços no mercado interno.

No caso do etanol, os preços internos têm sido influenciados, entre outros aspectos, pela alta do açúcar no mercado internacional – segundo analistas econômicos, porque as usinas optam pelo produto mais rentável na hora de processar a cana. Com a entressafra, o problema se agravou (veja matéria abaixo).

Medidas

Mantega afirmou que o aumento do consumo, a crise no Oriente Médio e no Norte da África, a especulação financeira e as políticas monetárias frouxas de vários países causaram a inflação de *commodities*. Como ela depende do mercado internacional, o ministro da Fazenda observou que a ação do governo tem se concentrado na utilização de armas monetárias e fiscais contra a inflação interna.

O ministro citou como exemplo disso o estímulo ao aumento da oferta agrícola, o corte das despesas públicas de R\$ 50 bilhões e a moderação da expansão do crédito. Segundo ele, o Banco Central aumentou os limites de depósitos compulsórios dos bancos e exigiu deles “medidas prudenciais” (maior aporte de capital para garantir



Mantega (E), com os senadores Delcídio Amaral (C) e Lobão Filho: apesar de tudo, “o Brasil não está mal na foto”



Gleisi Hoffmann, Cyro Miranda, Alvaro Dias e Aloysio Nunes acompanham a exposição de Guido Mantega na CAE

o cumprimento dos contratos de empréstimos de longo prazo com seus clientes).

Mantega destacou ainda a elevação da taxa de juros básicos da economia, a Selic, para 12% e o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 1,5% para 3% ao ano no crédito ao consumidor, além da fixação da tarifa de 6% para empréstimos de menos de 720 dias.

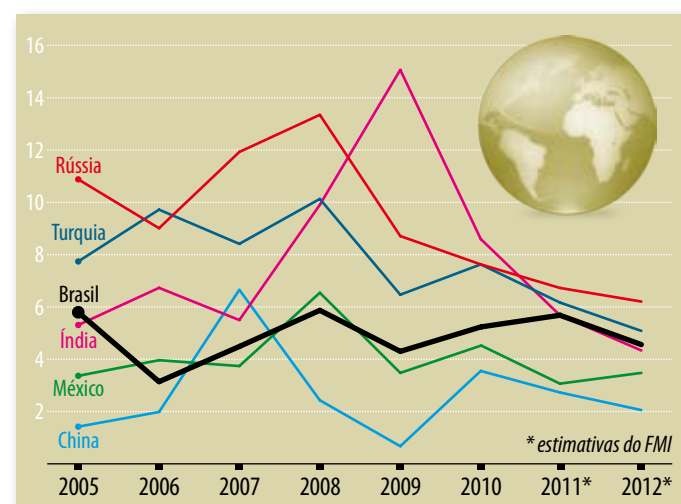
Ajuste

O objetivo, de acordo com o ministro da Fazenda, é fazer um ajuste não tradicional, que concilie redução seletiva do consumo com estímulos ao investimento. A estimativa é que, em 2011, os investimentos se situem em 10,4% do produto interno bruto (PIB), uma taxa superior ao crescimento previsto para este ano, que é de 4,5%.

O ajuste, conforme Mantega, envolve componentes estruturais, como a simplificação na sistemática do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e a desoneração dos investimentos e da folha de pagamento das empresas.

Cenário menos preocupante

Medida pelo IPCA, inflação brasileira, segundo o ministro, aparece menos volátil e na média dos países emergentes (em %)



Fonte: FMI e IBGE

O ministro da Fazenda relatou aos senadores os resultados da ação do governo brasileiro para impedir o excesso de capitais especulativos, problema que causa a sobrevalorização do real (com prejuízos às exportações), a desindustrialização, o excesso de crédito, a inflação de ativos (como imóveis e bolsa de valores) e o excesso de exposição

cambial de bancos e empresas.

A ação do governo, de acordo com Mantega, impediu que o dólar ficasse abaixo de R\$ 1,40 e reduziu o fluxo dos capitais especulativos. O saldo do movimento de câmbio contratado, que era positivo em US\$ 14,4 bilhões em janeiro de 2011, caiu para US\$ 1,5 bilhão negativo no mês passado.

Ministro prevê que etanol deve baixar este mês

Um dos vilões da inflação, o etanol deverá dar uma folga para o consumidor neste mês. A previsão foi feita pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, na CAE. Ele disse que o fim da entressafra e o início da colheita deverão derrubar os

preços e influenciar no custo da gasolina, em cuja composição o etanol entra com 20%.

Mantega lembrou que o governo editou a Medida Provisória 532/10, que dá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) o

poder de regular a produção, a importação, a exportação, a estocagem e a venda do etanol e outros biocombustíveis.

A MP também amplia a variação da mistura do etanol anidro na gasolina, de 20 a 25% para 18 a 25%. Além da entressafra,

outro fator que contribuiu para a alta, segundo o ministro, foi a opção do produtor pela cana de açúcar, cujo preço subiu nos mercados interno e externo. A perspectiva de melhor resultado com o açúcar reduziu a produção do etanol.

CAS debate denúncias de fraudes no SUS

Os rumos do Sistema Único de Saúde (SUS) e os projetos do Ministério da Saúde para os próximos anos serão os temas que o ministro Alexandre Padilha deverá discutir hoje, às 9h, com os senadores da Comissão

de Assuntos Sociais (CAS).

Os senadores esperam que o ministro fale sobre as denúncias de desvio de recursos que deveriam ser destinados ao SUS.

– As investigações realizadas

por órgãos federais, concluídas entre 2007 e 2010, apontaram desvios de R\$ 662,2 milhões no Fundo Nacional de Saúde e, infelizmente, o prejuízo ainda pode ser bem maior, porque a União fiscaliza apenas 2,5%

dos recursos transferidos para a Saúde – afirmou o senador Jayme Campos (DEM-MT), que preside a comissão.

Após o debate, a CAS pode votar um pacote de projetos na área da saúde.

Comissão aprova aumento da carga horária do ensino básico

A CE acolheu ainda a ampliação, de 75% para 80%, da frequência mínima para aprovação no ensino básico. Os dois projetos, votados em decisão terminativa, irão logo à Câmara se não houver recurso para o Plenário

PROJETO DE LEI que aumenta de 800 para 960 horas a carga horária mínima anual do ensino básico – níveis fundamental e médio – foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação e Cultura (CE). A proposta irá diretamente ao exame da Câmara se não for apresentado recurso para sua votação pelo Plenário. Apresentado em 2007 pelo então senador Wilson Matos,

o projeto (PLS 388/07) foi relatado pelo senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

A comissão também aprovou, em turno suplementar, outro projeto de Wilson Matos: o PLS 385/07, que aumenta a frequência mínima exigida para aprovação no ensino básico, de 75% para 80% do total de horas letivas. Essa proposta também será enviada logo à Câmara se não houver recurso para exame do

Plenário. As duas iniciativas alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A comissão aprovou ainda o PLS 66/11, que dá o nome de Engenheiro Vasco Filho ao trecho da BR-324 entre os municípios baianos de Salvador e Feira de Santana. O projeto é dos três senadores da Bahia: Lidice da Mata (PSB), João Durval (PDT) e Walter Pinheiro (PT).

Atendendo a pedido de Cyro Miranda, a CE convidará o ministro da Educação, Fernando Haddad, para prestar esclarecimentos sobre livros didáticos na próxima terça-feira. A CE também realizará audiência sobre a educação no Paraná, por solicitação do presidente do colegiado, Roberto Requião (PMDB-PR).

Presidida por Roberto Requião, CE também aprovou realização de audiências públicas



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Ricardo Ferraço saúda criação do Pronatec



Ricardo Ferraço

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) celebrou o lançamento, na quinta-feira, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec). Para o senador, o programa renova a esperança de se

ter qualificação técnica e profissional para jovens em todo o país. Segundo Ferraço, apenas 12% dos jovens entre 18 e 24 anos estão na universidade. Mesmo assim, ainda há seis universitários para cada estudante com acesso à escola técnica profissional. Nos países mais desenvolvidos, a proporção é de três universitários para cada aluno em curso técnico.

Ângela Portela elogia plano contra miséria



Ângela Portela

Ângela Portela (PT-RR) elogiou a presidente Dilma Rousseff pelo plano nacional de erradicação e combate à miséria extrema, que deverá ser lançado em breve pelo governo.

O plano será baseado em três eixos: ampliação dos programas de transferência de renda; ampliação de serviços públicos, como saúde e educação; e ações de inclusão produtiva que vão desde a qualificação profissional até o acesso ao crédito.

Ângela Portela destacou também o fato de que o plano deverá concentrar suas ações nas famílias chefiadas por mulheres.

Amapá combate exploração sexual



Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) parabenizou ontem a Secretaria de Turismo do Amapá pelo lançamento de campanha para combater os crimes de exploração sexual e tráfico humano contra crianças e adolescentes. A campanha deve implantar ações integradas e referenciais em sete municípios de maior vulnerabilidade.

As localidades de maior risco são as zonas portuárias, como Santana; as fronteiriças, como Oiapoque e Laranjal do Jari; de mineração, como a Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Porto Grande; e áreas de maior densidade demográfica, como a capital, Macapá.

Frente do Idoso discute passe livre

A Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa reuniu-se ontem para debater o passe livre para idosos nas viagens municipais, intermunicipais e interestaduais. O conflito entre as redações do Estatuto do Idoso (a partir de 60 anos) e da Constituição federal (65 anos) causa problemas para os que estão entre as duas idades, que acabam dependendo das leis estaduais para ter direito ao benefício.

A defensora pública do Distrito Federal Paula Ribeiro sugeriu que o Congresso atue para uniformizar essas e outras questões na legislação.

O defensor público de Goiás Adriano Cristian contou o exemplo de seu estado, onde a gratuidade vale para pessoas a partir dos 65 anos, com renda inferior a três salários mínimos, limitada a quatro viagens por mês.

Apesar de a lei estadual goiana ser classificada como um sucesso, o defensor pediu a ampliação do número de viagens mensais e a alocação de mais recursos orçamentários para tratar dos assuntos da pessoa idosa.

Flavio Ramires, ex-secretário executivo do Conselho Nacional do Idoso, defendeu os fundos nacional, estadual e municipal do idoso.

Ação tenta impedir marcha pró-maconha

A Frente Parlamentar Mista Permanente em Defesa da Família Brasileira entregará ao Ministério Público Federal um pedido de providências sobre a Marcha da Maconha, movimento que pede a legalização da droga no Brasil. O objetivo, segundo o presidente da frente, senador Magno Malta (PR-ES), é obter uma decisão nacional que impeça a realização do evento.

As marchas estão marcadas para todo o mês de maio. As primeiras edições, no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória, estão previstas para o próximo dia 7.

Segundo o advogado Willer Tomaz, o pedido será endereçado ao procurador Ronaldo Albo. O advogado espera que o procurador ajuíze uma ação ou mandado de segurança com pedido de liminar para que a marcha não seja permitida em nenhum estado do país.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Paulo Paim • João Vicente Claudino • Pedro Taques

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Alvaro vê ingerência nas empresas

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou requerimento pedindo que a CAE discuta a "interferência político-partidária na gestão de empresas privadas e em estatais".

Para o debate, Alvaro Dias sugere que sejam convidados o ex-presidente do Banco Central e atual presidente do Conselho de Administração da BM&F Bovespa, Arminio Fraga Neto; a presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana; o presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Gilberto Mifano; e o especialista em mercados de capitais Carlos Antonio Rocca.

De acordo com o senador, a Petrobras sofre interferências político-partidárias de integrantes do governo federal.

Mantega nega interferência indevida na Vale

Em debate ontem na CAE (veja a página 5), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi questionado por senadores opositores sobre a interferência do governo para destituir o presidente da companhia Vale, Roger Agnelli, que no fim de março foi substituído pelo administrador de empresas Murilo Ferreira.

O senador Alvaro Dias disse ter havido indiscutível pressão para a saída de Agnelli, que presidiu a empresa por dez anos. A intenção seria aparelhar a empresa, nela acomodando correligionários.

Para Mantega, o que houve foram "reações saudáveis" do acionista público, mas não propriamente interferência. Segundo ele, ao governo interessava que a Vale não se limitasse a explorar minérios, mas que "agregasse valor à produção".

Entre as deficiências do sistema atual, José Roberto Afonso, do BNDES, apontou oneração das exportações e dos investimentos, centralização crescente de recursos e poderes e injusta distribuição da carga tributária

Implantação da reforma tributária deve ser de forma gradual, diz economista

A REFORMA TRIBUTÁRIA deve gerar regras capazes de melhorar a qualidade do sistema em vigor, preservando, porém, o nível de arrecadação atual. Foi o que defendeu ontem o economista do BNDES José Roberto Afonso, em reunião da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para o economista, que foi detalhar o trabalho de subcomissão temporária de reforma tributária que funcionou de 2007 a 2008, um projeto de mudança deve ser implantado de forma gradual e progressiva, a partir do aperfeiçoamento das leis e de gestão adequada, associado a alterações na esfera administrativa, na Constituição e no Código Tributário Nacional (CTN). José Roberto lembrou que, desde 1988, quando foi promulgada a Constituição, mais de 68 mudanças já foram feitas no capítulo que trata do sistema tributário.



José Roberto Afonso, ao lado de Aloysio Nunes Ferreira, diz que mudança deve preservar o nível de arrecadação atual

José Roberto listou deficiências do atual sistema tributário, que onera exportações e investimentos, beneficiando as importações; que distorce a alocação de recursos e preços pelo fato de ser neutro quanto à escolha do

local e do método de produção; que dispõe de obrigações acessórias complexas e onerosas; e que promove a centralização crescente de recursos e poderes, além de uma injusta distribuição da carga tributária.

Para que uma proposta de reforma tributária possa prosperar, recomendou, é preciso primeiro chegar a consensos sobre princípios, fazer simulações e, por último, detalhar o texto final da matéria.

Luiz Henrique lembra imposto embutido em todos os produtos

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) disse que o brasileiro não sabe quanto paga de imposto. Frisou que em cada produto está embutido um imposto e que isso precisa ser mostrado à população.

– O cidadão não sabe que, ao beber um copo de água, está tomando 40% de imposto. Ao pegar ônibus, 50%. Ao abastecer

seu carro, metade é gasolina, metade é imposto – afirmou o senador, que defende um sistema com natureza progressiva, para que os mais pobres paguem menos.

Armando Monteiro (PTB-PE) criticou as propostas "ingenuamente simplificadoras de fórmulas exóticas do imposto único", segundo ele, comuns no início da década de 1990.

– O Brasil precisa construir um sistema que possa convergir para modelos que o mundo de alguma forma consagrou como os mais adequados – afirmou.

Luiz Henrique: sistema progressivo para que pobres paguem menos



Ana Volpex/Senado Federal

Ana Rita pede fim da guerra fiscal entre os estados

A senadora Ana Rita (PT-ES) defendeu ontem o fim da guerra fiscal entre os estados. Ela lembrou que, em debate na CAE na semana passada, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, anunciou uma proposta de reforma tributária "fatiada", que o governo deve encaminhar ao Congresso. A senadora disse ser necessário buscar a unificação de critérios de recolhimento de impostos, superando a lógica da guerra fiscal.

Ana Rita informou que, de acordo com Nelson Barbosa, o governo deve apresentar uma "proposta de transição" com objetivo de limitar a apenas 2% as alíquotas de ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas. A diminuição seria de 12% para



Waldemir Borretto/Senado Federal

Ana Rita: guerra fiscal é danosa e não ajuda no desenvolvimento

8% em 2012, passaria para 4% em 2013 e ficaria em 2% a partir de 2014.

– Precisamos enfrentar de vez o problema da guerra fiscal. Ela é danosa e não ajuda no desenvolvimento econômico e social do país – disse a senadora, que também mencionou o projeto de resolução 72/10, para combater a guerra fiscal, que isenta de ICMS produtos que não tenham sido submetidos a processo de industrialização no Brasil.

Valadares defende combate integrado ao terrorismo



Valadares

Ao comentar a morte do terrorista Osama bin Laden, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu o combate integrado ao terrorismo e às ditaduras nos países do Oriente Médio sacudidas por onda democrática.

Ele avalia que países de tradição democrática e avessos ao terrorismo, como o Brasil, devem se unir

para fazer valer resolução da ONU que considera o terrorismo crime contra a Humanidade.

– Devemos fortalecer nossas instituições, induzir e lutar, junto aos países do Oriente Médio, pela prática democrática. Movimentos sazonais estão surgindo de forma crescente [na região], visando à mudança da estrutura política, de regime violento contra os cidadãos daquela região – disse Valadares.

Collor prega maior ação no setor de inteligência



Fernando Collor

Fernando Collor (PTB-AL) relatou o debate sobre a importância da atividade de inteligência para o Brasil, realizado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na noite de segunda. O senador destacou que o Congresso deve exercer um papel mais efetivo no aperfeiçoamento da legislação e na fiscalização do setor.

Ele apresentou sugestões de duas medidas para se retomar a participação do Legislativo na regulamentação das atividades de inteligência: resgatar proposta que insere o tema na Constituição e retomar a análise de projeto de resolução do Congresso (PRN 2/08) que estabelece o funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Mozarildo quer penas maiores para crimes de corrupção



Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apresentou ontem projeto de lei que aumenta as penas mínimas do Código Penal para crimes cometidos por servidores públicos no exercício da função (PLS 92/11). Para o senador, as penas máximas são "relativamente altas", mas as penas mínimas são muito brandas. Como as penas são geralmente

aplicadas perto do mínimo, acrescentou, a lei não inibe a prática de atos de corrupção.

O projeto eleva as penas previstas para crimes como corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e violação de sigilo.

– Essa iniciativa corresponde aos anseios da sociedade brasileira contra esse mal que tanto prejudica o Brasil – disse o senador.

Após aprovação na Câmara, sessão conjunta foi suspensa antes de o Senado votar aumento de 18 para 37 brasileiros no Parlamento do Mercosul

Votação sobre Parlasul tem final inesperado

UM DESFECHO INUSITADO marcou ontem a votação, em sessão conjunta do Congresso Nacional, do Projeto de Resolução 1/11, que estabelece novos mandatos aos futuros ocupantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). A iniciativa foi aprovada pelos deputados, mas, antes de ser votada pelos senadores, um pedido de verificação de quórum suspendeu a sessão, que ainda não tem data para ser retomada.

O projeto foi aprovado pelos deputados depois de três horas de discussão, em votação simbólica, com apenas 1 voto contrário, do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). Passou-se, então, à votação do projeto pelo Senado. Nesse momento, o painel eletrônico registrava a



Pedido de verificação derrubou sessão conjunta antes da aprovação, por senadores, do aumento da bancada no Parlasul

presença de apenas 22 senadores, quando seriam necessários 41 em Plenário. A líder do PSOL,

Marinor Brito (PA), pediu então verificação do número de presentes e a sessão foi encerrada.

O texto básico aprovado pela Câmara estabelece o aumento da Representação Brasileira no

Parlasul de 18 para 37 integrantes, escolhidos entre deputados e senadores no exercício de seus mandatos. O aumento destina-se a cumprir o acordo de implantação paulatina do critério de proporcionalidade. Pelo acordo, a Argentina passará a ter 26 parlamentares, enquanto Paraguai e Uruguai manterão bancadas de 18 cada um. A partir das eleições diretas dos parlamentares, a Argentina passará a ter 43 integrantes e o Brasil, 75. Paraguai e Uruguai manterão 18 cada um.

O relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), acolheu emenda que determina o fim dos mandatos dos novos integrantes da representação, a serem indicados neste ano, após a posse dos parlamentares que vierem a ser eleitos em 2012.

Ana Amélia relata preocupação de produtores do RS



Ana Amélia

ter visitado a Fenamilho Internacional, em Santo Ângelo; a Fenavinho, em Bento Gonçalves; e a Expofeira Agropecuária, em Santa Maria.

A senadora disse que algumas questões estão preocupando os produtores rurais de seu estado, como a votação do projeto de reforma do Código Florestal, os "restos a pagar" do Orçamento de 2010, a alta carga tributária a que o setor está sujeito e o mal estado das rodovias que servem para o escoamento da produção.

Humberto rebate artigo sobre indústria de PE



Humberto Costa

de Moura Castro se refere à indústria pernambucana como "frágil e acanhada" quando comparada a de outros estados, sem avaliar as razões. Para o senador, entre as causas importantes do atraso estão as perdas de território sofridas como punição por ter sido palco de movimentos revolucionários no século 19 e o fato de que, na ditadura militar, a elite que governou Pernambuco não tinha compromisso com o desenvolvimento do estado, mas apenas trabalhava em benefício próprio.

Senadores elogiam obras para a conferência Rio+20

Os senadores da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas se disseram tranquilos em relação à infraestrutura da conferência, que será realizada em 2012, no Rio de Janeiro. A informação foi dada ontem, durante relato da visita realizada na segunda-feira ao Rio de Janeiro.

Os senadores se encontraram com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e visitaram as obras de infraestrutura para a conferência, na área portuária do Rio de Janeiro, que passa por revitalização. O senador Ran-

dolfe Rodrigues (PSOL-AP), que fez o relato da visita, elogiou o trabalho da prefeitura.

– Saímos do Rio de Janeiro tranquilizados em relação à infraestrutura. Ainda há muito a ser feito, mas o básico, o sistema de coordenação da infraestrutura do evento parece-me estar muito bem articulado, em especial por parte da municipalidade.

Participaram da visita os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da subcomissão; Randolfe Rodrigues; Lindbergh Farias (PT-RJ); Francisco Dornelles (PP-RJ); e Aloysio Nunes (PSDB-SP), além dos presiden-

tes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Fernando Collor (PTB-AL), e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Os parlamentares destacaram que ainda é preciso avançar no acompanhamento do conjunto dos temas do evento. Sobre o ciclo de debates que será realizado pela subcomissão com assuntos relacionados aos da conferência, foram sugeridos novos temas, como a questão das nações indígenas, sob o nome de "diversidade étnica".

Gurgacz critica "ação autoritária" do Ibama em RO

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) mostrou preocupação com o que classificou de insegurança jurídica dos produtores rurais do país, em especial os da região amazônica. Ele também denunciou a "forma autoritária" como o Ibama aplica multas a produtores rurais em Rondônia.

Acir Gurgacz citou o caso de um produtor rural, criador de vaca leiteira e produtor de hortaliças, de Campo Novo de Rondônia. Segundo relatou o senador, fiscais do Ibama aplicaram multa de R\$ 50 mil reais ao produtor sob a alegação de



Para Gurgacz, produtores rurais foram injustamente multados

que ele estava "impedindo a regeneração de uma floresta na região". O parlamentar disse que a propriedade do agricultor mantém mais de 60% de cobertura de floresta e não faz desmatamento desde o ano de 2000.

Rollemberg destaca 38 anos da Embrapa e 60 anos do CNPq

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) saudou ontem os 38 anos da Embrapa e os 60 anos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), transcorridos na semana passada. Ambas foram classificadas por ele como "grandes instituições científicas e tecnológicas, fundamentais e estratégicas para o Brasil, orgulho do povo brasileiro".

O senador afirmou que o Brasil é hoje o país mais avançado em agricultura tropical em todo o mundo, muito graças à Embrapa, e que a empresa criou novas formas de integração entre a lavoura, a pecuária e a silvicultura.

Rollemberg destacou, ainda, os avanços na agroindústria obtidos graças a pesquisas apoiadas pelo CNPq.

Davim condena novo texto do Código Florestal

O senador Paulo Davim (PV-RN) criticou vários dispositivos da nova versão do substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao projeto que altera o Código Florestal (PL 1.876/99), que deve ser votado hoje pela Câmara. Ele disse não aceitar, por exemplo, a proposta que libera a recomposição da reserva legal em estados diferentes daquele em que se localiza a propriedade rural.

– Não concordamos com uma proposta que não acata a reserva legal, nem considera a sugestão do nosso partido de que a reserva legal deve



Cristovam Buarque preside a Subcomissão da Rio+20



Davim teme destruição de todos os biomas por causa do novo código

ser recomposta no mesmo estado e no mesmo bioma. Isso é importante, porque, do contrário, destrói-se um bioma e se recompõe outro. Daqui a pouco, teremos um bioma absolutamente comprometido – disse.

Estados do Sul se unem para industrialização, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) homenageou o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) por sua importância na defesa dos interesses de seus estados-membros. Ele destacou a recente posse do governador gaúcho Tarso Genro como presidente da entidade.

Segundo Paim, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul assinaram a

Carta de Porto Alegre, que propõe um pacto federativo mais favorável à região, "excluída do processo de industrialização que está avançando no país."

Os estados do Sul, de acordo com o senador, recebem investimentos em volume inferior às riquezas que geram, em consequência de repasses desequilibrados dos recursos da União.